



Ao encerrar o período extraordinário, na sexta-feira, Antonio Carlos Magalhães afirmou que é chegado o momento de a sociedade brasileira conhecer em profundidade o trabalho feito pelo Congresso Nacional e os benefícios que ele produz para a nação

## Ação eficiente fortalece o Congresso, destaca ACM

*Convocação extraordinária encerrada na sexta-feira foi a mais produtiva na história do Poder Legislativo, garante o presidente do Senado e do Congresso, ao fazer um balanço das atividades*

### Todos projetos da convocação foram votados pelo Senado

O plenário votou todos os 23 projetos listados para a convocação extraordinária, situação inédita, segundo a Secretaria Geral da Mesa. Neste ano, foram apreciadas 232 matérias. Páginas 4 e 5

“Temos todo orgulho de pertencer ao Senado Federal e realizamos um trabalho digno do aplauso da nação”, afirmou sexta-feira o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao encerrar os trabalhos da convocação extraordinária.

ACM pediu que o povo brasileiro fiscalize o Legislativo, lembrando que os congressistas são os principais responsáveis pelo funcionamento do regime democrático no Brasil.

Ao destacar que os parlamentares estão fortalecendo o Congresso com ação eficiente e fiscalização inclusive dos atos

do Executivo, Antonio Carlos observou que poucos parlamentos no mundo seriam capazes de realizar em tão pouco tempo o volume de atividades desenvolvido neste período de convocação extraordinária.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, é chegado o momento de a sociedade brasileira conhecer em profundidade o trabalho feito pelo Congresso Nacional e os benefícios que ele produz para a nação. ACM pediu justiça e reconhecimento para as realizações do Legislativo. Páginas 2 e 3

### Três emendas movimentam o plenário em agosto

A ampliação do efeito vinculante, a reforma da Previdência e a proposta destinada a acabar com a “guerra fiscal” entre os estados são destaques na pauta. Página 6

*Cumprimento da pauta da convocação extraordinária com presença maciça de senadores leva Antonio Carlos Magalhães a reclamar o reconhecimento da nação às atividades do Legislativo*

# Trabalho fortalece Congresso, diz ACM

"Fortalecer o Congresso é o que estamos fazendo com trabalho eficiente e fiscalização, inclusive dos atos do Poder Executivo", disse o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao encerrar sexta-feira a 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura. Ele pediu que o povo brasileiro também fiscalize o Legislativo, lembrando que os congressistas são os principais responsáveis pelo funcionamento do regime democrático no Brasil.

- Temos todos orgulho de pertencer ao Senado Federal e realizamos um trabalho digno do aplauso da nação. Isso é extremamente importante para o processo de desenvolvimento econômico do país, daí por que quero neste instante me congratular com o povo brasileiro, com o Senado e com a Câmara dos Deputados, pela atuação ao longo desse período legislativo e principalmente no período de convocação extraordinária - assinalou.

- Conforme Antonio Carlos Magalhães, poucos parlamentos do mundo seriam capazes de realizar em tão pouco tempo o trabalho que o Legislativo brasileiro realizou nesta convocação extraordinária. "Daí por que reclamamos justiça e reconhecimento da nação, da imprensa brasileira, de todos os que acompanham os nossos trabalhos. A convocação extraordinária que hoje encerramos foi, sem dúvida, a mais profícua da história do Legislativo brasileiro", frisou ele.

O presidente do Senado informou que, neste período de convocação, o Senado aprovou 23 proposições, destacando-se a Lei Geral de Telecomunicações, que regulamentava a quebra do monopólio estatal do setor; a regulamentação da quebra do monopólio estatal do petróleo; o projeto que pune crimes contra o meio ambiente; o fundo de aposentadorias programadas,



Ao lado do senador Waldeck Ornellas, Antonio Carlos Magalhães chega ao plenário para presidir a última sessão do mês

que cria uma aposentadoria paralela ao INSS; o projeto que autoriza o governo a conceder subsídio à borracha natural; e o projeto sobre ensino religioso, "tão importante para o país na quadra que atravessamos".

Antonio Carlos Magalhães disse que todos esses projetos foram transformados em lei, tendo avançado ainda o Legislativo na tramitação da emenda

que cria uma aposentadoria paralela ao INSS; o projeto que autoriza o governo a conceder subsídio à borracha natural; e o projeto sobre ensino religioso, "tão importante para o país na quadra que atravessamos".

Segundo o presidente do Senado, a Casa já aprovou este ano 232 matérias de destaque, como a emenda constitucional que institui a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, e a iniciativa que coíbe o excesso de medidas provisórias.

Em sua opinião, essa era uma dificuldade que incomodava os advogados, o Poder Judiciário e sobretudo o Poder Legislativo. "Portanto, esse trabalho já foi aprovado no Senado e enviado à Câmara dos Deputados que, com certeza, votará tão importante proposição", comentou ele.

Para o presidente do Senado, o momento de encerramento desses trabalhos é motivo de orgulho para os senadores e para a nação, "por verem que os parlamentares brasileiros estão cumprindo o seu dever".

Em sua opinião, é chegado o momento de a sociedade brasileira conhecer em profundidade o trabalho desenvolvido no Congresso e os benefícios

que ele produz para a nação. Por isso, Antonio Carlos pediu justiça e reconhecimento para as realizações do Legislativo.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães  
**1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise  
**1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio  
**3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucício Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Sec. de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação** - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
**Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211  
**Fax:** (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

É is a íntegra do discurso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, no encerramento da convocação extraordinária:

"Senhoras e Senhores Senadores,

Temos todos orgulho de pertencer ao Senado Federal. Estou certo de que V. Ex<sup>as</sup>, como eu, estão evidentemente felizes com o trabalho aqui realizado. Realizamos, sim, um trabalho digno do aplauso da nação; estou certo. E isso é extremamente importante no processo de desenvolvimento econômico do País. Daí por que quero, neste instante, me congratular com o povo brasileiro, com o Senado e, da mesma forma, com a Câmara dos Deputados pela atuação que têm tido ao longo deste período legislativo e, principalmente, na convocação extraordinária.

O Congresso Nacional está, portanto, a merecer o agradecimento da nação pelo trabalho realizado no período legislativo.

A convocação extraordinária que hoje encerramos foi, sem dúvida, a mais profícua da história do Legislativo brasileiro. Aprovamos 23 matérias, destacando-se: a Lei Geral de Telecomunicações, que regulamenta e quebra o monopólio estatal do setor; a regulamentação da quebra do monopólio estatal do petróleo; o projeto que pune crimes contra o meio ambiente; o Fundo de Aposentadoria Programada - o FAP, que cria uma nova aposentadoria paralela ao INSS; o projeto que autoriza o governo a conceder subsídio à borracha natural, que estava precisando de ter esse apoio do governo federal; o aperfeiçoamento e a votação de um projeto do Estatuto dos Refugiados; o projeto do ensino religioso, tão importante para o País na quadra que atravessa.



"Sem Congresso Nacional não há democracia. Somos, hoje, os principais responsáveis pelo regime democrático no Brasil"

## "Poucos parlamentos seriam capazes de realizar tanto em tão pouco tempo"

Todos esses projetos foram transformados em lei e obtivemos ainda significativo avanço na tramitação da emenda constitucional da Previdência Social, num trabalho excepcional da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o apoio de todos os membros do Senado Federal. Ela está pronta para ser votada no segundo semestre deste período legislativo.

Outra vitória alcançada e de grande importância para o país, para a nação, para o Judiciário e, sobretudo, para o povo brasileiro, carente de

justiça, foi aquela que diz respeito ao efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal. Um trabalho excepcional, digno

*"É chegado o momento de conhecer em profundidade o trabalho do Legislativo e os benefícios gerados a partir dele para a sociedade brasileira"*

de registro, que vai resolver, em grande parte, o problema da celeridade do Poder Judiciário do Brasil.

A tudo isso, se soma a esta Sessão Legislativa o tra-

balho que o Senado Federal realizou, apreciando 232 matérias de destaque para emenda constitucional que institui a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

Além disso, realizamos um trabalho, que era uma promessa deste Legislativo, em relação a coibir o excesso de medidas provisórias, que incomoda os advogados, o Poder Judiciário, o próprio país e, sobretudo, o Poder Legislativo, porque a Casa de legislar é esta e não o Poder Executivo. Portanto, esse trabalho o Senado fez e

já enviou à Câmara Federal. Dentro em pouco, tenho certeza de que a Câmara dos Deputados votará tão importante proposição.

É chegado, portanto, o momento de conhecer em profundidade o trabalho do Legislativo e os benefícios gerados a partir dele para a sociedade brasileira. Precisamos ter - e vamos ter pelo nosso trabalho -, justiça para este Poder Legislativo.

Este momento em que encerramos mais uma etapa dos nossos trabalhos é de alegria para o Senado e para a nação, por ver que os parlamentares brasileiros estão cumprindo com seus deveres. Poucos Parlamentos do mundo - é preciso que se conheça todos, e nós os conhecemos - seriam capazes de realizar tanto em tão pouco tempo como o Congresso Nacional neste período de convocação extraordinária. Daí por que reclamamos justiça e reconhecimento da nação, da imprensa brasileira, de todos, para que acompanhem nossos trabalhos e venham ver o que foi realizado no Legislativo durante esse período. Sem Congresso Nacional, não há democracia. Fortalecer o Congresso é o que estamos fazendo com trabalho e com eficiente fiscalização, inclusive dos atos do Poder Executivo. Que o povo também nos fiscalize mais é o que queremos; queremos essa fiscalização para demonstrar, mais uma vez, que somos, hoje, os principais responsáveis pelo funcionamento do regime democrático no Brasil.

Com essas palavras, declaro encerrado o período legislativo da convocação extraordinária, que tantos benefícios trouxe ao País e tanto prestígio ao Congresso Nacional."

## BALANÇO



*O plenário examinou todos os projetos de lei especificados na mensagem presidencial de convocação - desempenho inédito, de acordo com os registros da Secretaria Geral da Mesa*



O plenário do Senado votou, no semestre, importantes projetos, como a lei que transforma todo cidadão em doador presumido de órgãos, além de legislação de combate à violência

# Senado votou 232 matérias em 97

O plenário do Senado apreciou 232 matérias só na sessão legislativa de 1997, e 1.722 nos últimos dois anos. Neste curto período, foram aprovadas pela Casa nada menos do que doze emendas à Constituição, inclusive a da reeleição, e as que alteraram a Ordem Econômica. E, na convocação extraordinária que se encerrou na sexta-feira, o plenário votou todos os projetos de lei especificados na mensagem presidencial, situação inédita, de acordo com os registros da

Secretaria Geral da Mesa.

Das proposições listadas na convocação do Congresso, o Senado só não apreciou em plenário a emenda da Previdência, cuja tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi concluída na última semana. A emenda conferindo efeito vinculante às decisões do Supremo, incluída posteriormente na pauta da convocação, foi aprovada pelo plenário, em primeiro turno, na quarta-feira, 23.

O Senado votou também, durante a convocação, maté-

rias relativas a suas atribuições específicas, aprovando oito operações de crédito, quatro acordos internacionais e três mensagens de escolha de chefes de missões diplo-

*Das proposições apreciadas em 1997, foram aprovadas 175, inclusive a emenda que permite a reeleição para presidente*

máticas. No total, foram 23 matérias aprovadas neste mês.

## REELEIÇÃO

Das proposições aprecia-

das em 1997, foram aprovadas 175, inclusive a emenda que permite a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, votada no dia 4 de junho, com 79 dos 81 senadores presentes, sendo que 62 ficaram a favor e 14 contra, e promulgada, no mesmo dia, pelo Congresso Nacional.

Outra proposta de emenda constitucional aprovada pelo plenário nesta sessão legislativa, e enviada ao exame da Câmara, trata de limitar a edição de medidas

provisórias pelo presidente da República e proibir a sua reedição.

Foram votados também projetos importantes, como a lei que transforma todo cidadão em doador presumido de órgãos e a criação de fundo para o combate ao tráfico de tóxicos e o Sistema Nacional de Armas, além de 24 mensagens de escolha de autoridades e diplomatas.

## DOZE EMENDAS

Nos últimos dois anos, o plenário do Senado realizou 627 sessões, aprovando

## BALANÇO



*Nos últimos dois anos o Senado Federal realizou 627 sessões plenárias e apreciou 1.722 matérias. Neste curto período, foram aprovadas doze emendas à Constituição*

1.447 das 1.722 matérias apreciadas: 417 mensagens de escolha de autoridades e chefes de missões diplomáticas, 219 projetos enviados à Câmara, 606 à promulgação, 204 à sanção e 275 ao arquivo, e uma emenda constitucional já aprovada em primeiro turno.

Das proposições aprovadas, destacam-se, além da emenda da reeleição, de 1997, onze outras emendas constitucionais, aprovadas entre 1995 e 1996: criação de municípios; ensino fundamental; resseguros; Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira; admissão de professores estrangeiros nas universidades; Fundo Social de Emergência (cuja prorrogação foi proposta pelo governo); alteração do conceito de empresa nacional, facilitando o ingresso do capital estrangeiro, e mais as que resultaram na quebra do monopólio estatal para os setores de: gás canalizado; navegação de cabotagem; telecomunicações; e petróleo.

Também no biênio 1995-96, o Senado votou alterações substanciais na legislação ordinária, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei de Patentes, o Estatuto dos Militares, a redução das multas contratuais, a regulamentação da escuta telefônica, a privatização da telefonia celular, a isenção de impostos para a pequena e microempresa, a criação das Agências Nacionais para a Energia Elétrica e o Petróleo, o rito sumário para a reforma agrária, e a intervenção obrigatória do Ministério Público nos conflitos de terra.



As comissões desenvolveram intensa atividade no semestre, como apoio aos trabalhos do plenário. Foram concluídas duas CPIs: a que investigou a emissão de títulos para pagamento de precatórios e a que tratou do trabalho infantil

## MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

## NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

De 1º a 25 de julho de 1997.....	23
Projetos aprovados e enviados à sanção .....	5
Projetos aprovados e enviados à promulgação .....	12
Projetos aprovados e enviados à Câmara .....	2
Mensagens relativas à escolha de autoridades e diplomatas .....	3
Emenda constitucional aprovada em primeiro turno.....	1

## DURANTE O ANO DE 1997

De 17 de fevereiro a 25 de julho .....	232
Projetos aprovados e enviados à sanção .....	19
Projetos aprovados e enviados à promulgação .....	75
Projetos aprovados e enviados à Câmara .....	56
Mensagens relativas à escolha de autoridades e diplomatas .....	24
Emenda constitucional aprovada em primeiro turno.....	1
Total de matérias aprovadas .....	175
Matérias arquivadas e retiradas.....	57

## DURANTE OS ÚLTIMOS DOIS ANOS

De 16 de fevereiro de 1995 a 25 de julho de 1997.....	1.722
Projetos aprovados e enviados à sanção .....	204
Projetos aprovados e enviados à promulgação .....	606
Projetos aprovados e enviados à Câmara .....	219
Mensagens relativas à escolha de autoridades e diplomatas .....	417
Emenda constitucional aprovada em primeiro turno.....	1
Total de matérias aprovadas .....	1.447
Matérias arquivadas e retiradas.....	275



**O Informativo da RÁDIO SENADO**  
**91,7 FM já**  
**está na**  
**INTERNET**

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



*Mudanças na Previdência e na administração pública, apreciação do Fundo de Estabilização Fiscal e novas regras para a edição de medidas provisórias deverão dominar o debate no Legislativo no segundo semestre*

## Conclusão das reformas é a prioridade

Concluir a apreciação das reformas previdenciária e administrativa, votar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e concretizar os entendimentos que permitam adoção de novas regras para a edição de medidas provisórias, restringindo seu uso em larga escala pelo Executivo. Essas são as prioridades do Senado e do Congresso para o segundo semestre legislativo deste ano, anunciadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães, em entrevista à imprensa, após encerrar os trabalhos do Se-

nado durante a convocação extraordinária deste mês. Nesse período, as duas Casas do Congresso realizaram "o trabalho mais fecundo em toda sua história", destacou o senador.

Antonio Carlos Magalhães garantiu aos jornalistas que esse clima de "produção parlamentar" deverá continuar presente no Congresso durante o primeiro semestre do ano que vem, apesar da aproximação das eleições. O senador considera "natural", por outro lado, que

campanhas com as dimensões dos pleitos para a presidência da República, governos dos estados, renovação da Câmara dos De-

*Até o final de setembro serão apreciadas todas as medidas provisórias pendentes, segundo o presidente do Senado*

putados e parte do Senado "litem o trabalho legislativo no segundo semestre de 98".

Até lá, no entanto, os parla-

mentares deverão trabalhar muito, previu o presidente do Congresso, que "lamenta" o pouco empenho do governo em votar duas matérias que considera "fundamentais": as reformas administrativa e tributária. Votá-las ajudaria a governabilidade, argumentou.

A questão da regulamentação das medidas provisórias, por outro lado, deverá estar resolvida ainda no mês de agosto próximo, disse Antonio Carlos Magalhães, lamentando "o desentendimento com a oposição que bloqueou a so-

lução ainda no primeiro semestre". Sem entrar no mérito das divergências, Antonio Carlos Magalhães prevê um acordo final entre o Senado e a Câmara, situação e oposição, em tempo de "concluir a apreciação das medidas provisórias pendentes, até o final de setembro próximo". Com a regulamentação, o presidente do Senado acredita que o governo passará a editar menos medidas provisórias e intensificará o envio de projetos de lei ao Legislativo.

## Três emendas constitucionais entram na pauta de agosto

Três propostas de emenda constitucional serão apreciadas pelo plenário do Senado em agosto, conforme agenda divulgada pela Secretaria Geral da Mesa. No dia 6, terá início a discussão, em segundo turno, de emenda que amplia o efeito vinculante das decisões do STF para outros tribunais e órgãos e empresas federais, estaduais e municipais.

No dia 12, o plenário começará a discutir, em primeiro turno, proposta de emenda do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) destinada a acabar com a "guerra fiscal" entre os estados. A emenda determina que caberá ao Senado definir para cada região do país os parâmetros para concessão de incentivos fiscais por parte dos estados.

No mesmo dia 12, será iniciada no plenário a discussão, também em primeiro turno, da reforma da Previdência. A proposta será discutida por cinco dias, retornando à CCJ caso receba emendas em plenário.

Também já estão agendados para agosto quatro projetos de lei, entre eles um de



Waldeck Ornelas: fim à guerra fiscal



Roberto Freire: terra muito cara

autorização do senador Roberto Freire (PPS-PE) que autoriza a União a pedir revisão judicial dos valores de fazendas desapropriadas para a reforma agrária.

Conforme o senador, algumas desapropriações foram realizadas por preços até dez vezes superiores aos valores de mercado, com grandes prejuízos para a União. Ele cita que uma propriedade de 5 mil hectares, no Sudoeste do Paraná, foi desapropriada por US\$ 12 mil o hectare, quando o preço do mercado era de US\$ 1 mil. Este projeto será votado no dia 28 de agosto.

Outro projeto incluído na agenda, a ser votado no próximo dia 5, autoriza o presidente da República a restituir os bens do ex-deputado federal Osmar Dutra, cassado pela Junta Militar em setembro de 1969, com base no Ato Institucional nº 12. Conforme exposição de motivos do então ministro da Justiça Nelson Jobim, ficou comprovado pela Assessoria Jurídica do Conselho de Segurança Nacional que o ex-deputado não cometeu crime de peculato, um dos motivos que teria levado à sua cassação e confisco de bens.



Alcântara: mais importante que leis rigorosas é mudar corações e mentes

## Programa previne violência, avalia Lúcio Alcântara

Ao fazer um balanço do Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado há pouco mais de um ano pelo presidente da República, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a execução desse plano "representa a concretização de uma política pública de governo, que cria obrigações para o Estado e gera direitos para o cidadão".

Ele destacou que o programa, coordenado pelo Ministério da Justiça, teve como prioridades, em seu primeiro ano, crianças, adolescentes, justiça e segurança pública, sistema penitenciário, educação, direitos da mulher, reforma agrária e direitos sociais.

- Mais importantes do que expedição de leis rigorosas contra a violação dos direitos

humanos são as medidas concretas de prevenção da violência social, de reeducação das mentes e dos corações para que haja mais solidariedade, mais justiça, mais igualdade e menos discriminação, incorporando todos nos currículos de nossas escolas, a fim de que as gerações futuras tenham condições de construir um Brasil mais justo - salientou.

Para Lúcio Alcântara, o Programa Nacional de Direitos Humanos revelou o amadurecimento do país "como nação que busca o primado do Direito e da Justiça e procura garantir a cidadania de forma ampla a todos os brasileiros e estrangeiros aqui residentes".

Júnia conclama os senadores a rejeitarem modificações "injustas" no substitutivo de Beni Veras



## Júnia Marise condena "arrocho" na Previdência

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que uma decisão favorável dos parlamentares às pretensões do governo em relação à reforma da Previdência representará não apenas traição ao voto que receberam nas urnas, mas a "aprovação de uma emenda atentatória à Constituição e à dignidade de milhões de brasileiros que um dia ousaram sonhar com um mínimo de respeito aos seus direitos".

Na opinião da senadora, a reforma da Previdência, tanto nos moldes propostos pelo Executivo como nos termos do substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras, "configura, na verdade, um arrocho previdenciário", onde se pretende reduzir benefícios e ampliar prazos de contribuição, sem combater a sonegação, melhorar os serviços prestados ou estimular a comunidade a participar do sistema previdenciário.

- A Câmara, percebendo o engodo de uma proposta que impõe pesados sacrifícios aos segmentos mais vulneráveis da população, cumpriu o papel que dela se esperava, com a aprovação de um substitutivo legítimo e democrático - garantiu. A seu ver, o relatório de Beni Veras, embora contendo sugestões relevantes, restabeleceu

boa parte das propostas originais, cabendo aos senadores rejeitar as modificações injustas - afirmou.

Júnia contestou argumentos levantados pelo ministro Stephanes sobre a insustentabilidade do sistema previdenciário nos moldes atuais. Ela disse que o governo, "infelizmente, não tem credibilidade em suas análises da situação financeira", visto que o próprio ministro "já declarou em mais de uma ocasião que a Previdência é viável, necessitando apenas de administração eficaz".

Quanto à extinção da aposentadoria por tempo de serviço, com a justificativa de que o grande número de aposentadorias precoces tornará o sistema rapidamente inviável, a senadora disse que, "apesar da seriedade da argumentação", a avalanche desse tipo de aposentadoria "foi provocada pelo clima de terror instituído pelo próprio governo, notadamente a partir de 1995".

Júnia entende que, entre "os golpes desferidos contra os segmentos mais vulneráveis da população", o que lhe parece mais danoso é o fim da vinculação dos proventos dos servidores públicos aposentados à remuneração dos servidores ativos. A seu ver, reverter a equiparação é "perpetuar um crime contra os aposentados".

Documento da Pastoral da Terra mostra a região Nordeste como campeã das estatísticas de conflitos na área rural, destaca senador

## Aumento da violência no campo preocupa Odacir

O senador Odacir Soares (PFL-RO) manifestou sua apreensão diante de dados apresentados por documento da Pastoral da Terra sobre o aumento da violência no campo, nos dois anos e meio do atual governo, assinalando que as 112 mortes ocorridas no período superam com folga "a soma das vítimas da repressão durante os governos Castelo Branco, Costa e Silva e Geisel".

- Esse número não pode ser, obviamente, atribuído ao governo, mesmo assim poderia provocar um surto de modéstia na linguagem triunfalista do Planalto em relação ao estado dos direitos humanos no país - disse ele.



Odacir: Banco Mundial pode ajudar

Odacir informou que o documento mostra a região Nordeste como campeã da estatística da violência no campo, tendo a região Norte ficado em quarto lugar. O seu estado, Rondônia, é citado com 16 chacinas, como a da Fazenda São Felipe.

O senador destacou a aprovação recente de um empréstimo junto ao Banco Mundial com vistas a bancar um projeto de reforma agrária no qual o governo federal teria pouca participação e as associações comprariam as terras para seus filiados.

As primeiras associações beneficiadas estão localizadas na Bahia, no Ceará, no Maranhão, em Minas Gerais e em Pernambuco, onde um projeto piloto será desenvolvido durante três anos com recursos previstos de R\$ 150 milhões, que serão utilizados para aquisição de terras, infra-estrutura comunitária, assistência técnica, treinamento e administração do projeto.

## Simon pede apoio para cooperativa gaúcha de lã

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu o apoio dos senadores para o esforço visando à recuperação da Cooperativa de Lãs Vale do Uruguai Ltda. (Valuruguai), "empresa da maior importância para a economia do Rio Grande do Sul e uma das mais tradicionais e de maior projeção da triplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguai".

A cooperativa passou a conviver com enormes adversidades financeiras a partir de 1990, em razão dos sucessivos planos econômicos e da crise internacional no mercado de lã, disse o senador.

Conforme Pedro Simon, os liquidantes da cooperativa apontam, entre outras, as se-

guintes ações para permitir a viabilização da empresa: sustação imediata de todas as execuções do INSS contra a instituição; obtenção de crédito no valor de R\$ 2,3 milhões para a Cooperativa Agropastoril, hoje arrendatária, adquirir o setor graneleiro da Valuruguai; redução em 50%, por prazo determinado, dos encargos de ICMS de energia elétrica; e regularização do débito da cooperativa para com a Conab, mediante dação em pagamento de um imóvel, somado a crédito de armazenagem da cooperativa junto à estatal.

- O Estado brasileiro precisa voltar seus olhos para a grave situação de decadência que vêm sofrendo atividades eco-

nômicas que garantiam a sobrevivência de largas camadas da população e que, em razão da política de globalização, estão sendo condenadas ao desaparecimento - disse ele.



Simon: efeito da globalização

## REJEITE INTERMEDIÇÃO NA CAPTAÇÃO DE VERBAS PARA SEU MUNICÍPIO

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) estará promovendo no próximo dia 5 de agosto, de 14h às 17h, a primeira teleconferência sobre captação de verbas públicas. A transmissão será via Embratel e poderá ser vista nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda das principais cidades brasileiras ou nos locais providos de antena parabólica

Nos locais providos de antena parabólica, o interessado deve sintonizar o canal 6-A2, polarização horizontal, frequência 3930



Jonas propõe venda do estoque para abrir espaço nos armazéns

## Jonas: safra de arroz não tem onde ser estocada

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou ter solicitado ao presidente da República, durante audiência, que seja distribuído o estoque de arroz de Mato Grosso entre Goiânia e Cuiabá, para que se abra espaço nos armazéns do estado, a fim de receber a nova safra.

Conforme o senador, do estoque de 109 mil toneladas seriam enviadas 18.408 toneladas para Goiânia, "o que proporcionará mercado para ven-

da imediata e abrirá espaço nos armazéns para o recebimento de produtos da securitização, que estão na faixa de 35 mil toneladas".

Jonas Pinheiro afirmou que todos os municípios de Mato Grosso têm produtos estocados que precisam ser removidos, como arroz e milho. Acrescentou ter recebido do presidente Fernando Henrique Cardoso a garantia de que o assunto seria levado à equipe econômica, para se encontrar uma solução.

Novo órgão, com poder de ministério mas estrutura pequena, é proposto pelo senador para acelerar as mudanças previstas

## Júlio Campos quer privatização mais ágil

A criação de um organismo governamental dedicado exclusivamente às privatizações foi pedida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) ao presidente da República. Ele entende que só assim será possível dar mais rapidez ao processo de venda de empresa estatal, que hoje demora um ano e cinco meses. "É tempo em demasia, especialmente se levarmos em conta a magnitude dos problemas brasileiros que a privatização tem o poder de minorar", acentuou.

Além da burocracia, pesada e quase imóvel, há leis que atrapalham o processo. Antes de mais nada, portanto, deve-se ver onde podem ser alterados os dispositivos legais que emperram a privatização - disse o senador. A seu ver, é importante, também, que se determine, por le-



Júlio Campos: venda de estatal pode demorar um ano e cinco meses

gislação, a utilização, no resgate da dívida interna, dos recursos arrecadados com a venda das estatais

Júlio Campos afirmou que a privatização é tendência mundial e irreversível. E observou que o Brasil, entretanto, quando outros países enfrentavam a questão, estava envolvido no processo de redemocratização, "que se alargou por um tempo excessivo", impedindo que fossem tomadas decisões essen-

ciais para o desenvolvimento econômico.

- Não chego ao ponto de pedir a criação de um ministério, mas sim a de um organismo enxuto, com força e poder de um ministério - esclareceu o senador. Para ele, com a plenitude democrática estabelecida, o país não pode mais retardar o processo de modernização. "É preciso mudar, e mudar com rapidez", defendeu.

## Hollanda elogia impulso ao turismo no São Francisco

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou que o Programa Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Região dos Lagos do Rio São Francisco é de importância fundamental para a economia local que, a seu ver, está ameaçada pela redução da oferta de empregos que ocorrerá com a conclusão de grandes obras na região.

- O término da construção da usina de Xingó representará a desocupação de mais da metade da Vila Xingó, que hoje se constitui de 1.553 casas, mais instalações e equipamentos comunitários de saúde, educação, comércio, comunicação, além de infra-estrutura de abasteci-

Hollanda: novas ofertas de emprego no Nordeste



mentos d'água, esgotos, drenagem, sistema viário, redes elétricas e telefônicas - explicou.

Joel de Hollanda disse que o programa de desenvolvimento do turismo atingirá diretamente 14 municípios, sendo sete de Pernambuco, dois da Bahia,

três de Alagoas e dois de Sergipe, aproveitando as potencialidades locais, com respeito à ecologia. "A iniciativa criará novas ofertas de emprego, seja por meio do turismo ou pelo estabelecimento de pequenas e microempresas", garantiu.

## Teleconferência ensinará prefeitos como dispensar intermediários de verbas

O Senado Federal promove no dia 5 de agosto, das 14h às 17h, a primeira teleconferência dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores das assembleias legislativas, câmaras e prefeituras municipais. A transmissão será feita pela Embratel, por meio de telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e principais cidades brasileiras.

A teleconferência, a cargo do Instituto Legislativo

Brasileiro, abordará o tema *Estratégias de obtenção de recursos federais sem intermediação*, tendo como principal objetivo mostrar os diversos meios de captação de recursos sem o concurso de terceiros. Para assistir à teleconferência, que será realizada a partir da sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, os interessados poderão, também, nos locais providos de antena parabólica, sintonizar o canal 6-A2, polarização horizontal, frequência 3930.